



# **Aula 15 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações previdenciárias**

## **1. As demandas Previdenciárias**

1.1. Existem vários tipos de ações previdenciárias

1.1.1. O meu objetivo aqui é te apresentar aquelas que são mais comuns de carregarem com elas pedidos de tutela provisória

1.1.1.1. Vale ressaltar que a aula não é sobre as demandas previdenciária

1.1.1.1.1. Por isso não vamos estudar os requisitos previstos em lei para se conseguir esse ou aquele benefício

1.1.1.1.1.1. O meu objetivo aqui é te ensinar como demonstrar a presença dos requisitos legais necessários ao deferimento das tutelas provisórias, examinando as particularidades de alguns tipos de benefício

## **2. Não há uma tutela provisória com requisitos específicos**

2.1. Isso significa que você pode pedir qualquer tipo de tutela, cautelar ou antecipada, seja baseada na urgência ou na evidência nessas ações

## **3. Quais são os pedidos mais comuns?**

3.1. Na prática, os pedidos mais comuns de tutela provisória envolvendo as ações previdenciárias são

3.1.1. 1

### 3.1.1.1. Aposentaria por Invalidez

3.1.1.1.1. Pedido de antecipação de tutela para a concessão do benefício no início da lide

3.1.1.1.1.1. Como demonstrar a presença dos requisitos legais?

3.1.1.1.1.1.1. Probabilidade do direito

3.1.1.1.1.1.2. Perigo de Dano

3.1.1.1.1.1.3. Reversibilidade da medida

3.1.1.1.1.1.4. Caução

### 3.1.2. 2

3.1.2.1. Auxílio Doença/acidente

3.1.2.1.1. Aula 15 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações previdenciárias

3.1.2.1.1.1. Como demonstrar a presença dos requisitos legais?

3.1.2.1.1.1.1. Probabilidade do direito

3.1.2.1.1.1.2. Perigo de Dano

3.1.2.1.1.1.3. Reversibilidade da medida

3.1.2.1.1.1.4. Caução

## **4. O caso em análise**

4.1. O cliente te procura dizendo que está em gozo do benefício do auxílio doença

4.1.1. Afirma que passou por exame pericial do INSS, o qual atestou que ele está apto ao trabalho

4.1.1.1. Alega, porém, que não tem a mínima condição de voltar ao trabalho, conforme laudo do médico que o acompanha

4.1.1.1.1. Você decide ingressar com pedido de Concessão de Auxílio Doença, pedindo antecipação de tutela, em razão da urgência

4.1.1.1.1.1. Vamos passar o caso pelo nosso passo a passo?

## **5. PRIMEIRO PASSO**

5.1. RACIOCÍNIO SINCERO

5.1.1. Você deve fazer um raciocínio sincero

5.1.1.1. Você precisa mesmo de uma decisão provisória?

5.1.1.1.1. Ou você está querendo, apenas, inverter o ônus da demora natural do processo

5.1.1.1.1.1. Seja o mais sincero possível, para não cair em descrédito em seus próximos pedidos

5.1.1.1.1.1.1. Você forma a sua imagem profissional de acordo com a sua conduta

5.1.1.1.1.1.1. Tentar só por tentar pode ter um preço caro a se pagar...

5.1.1.1.1.1.1.1. No nosso exemplo de hoje:

5.1.1.1.1.1.1.1.1. Sim, a tutela provisória é necessária, senão o requerido não terá como se sustentar

## 6. SEGUNDO PASSO

### 6.1. URGÊNCIA OU EVIDÊNCIA?

6.1.1. Você deve olhar para o seu caso concreto e identificar se o que o cliente precisa é uma tutela baseada na URGÊNCIA ou na EVIDÊNCIA

6.1.1.1. Esse passo é essencial para que você não confunda os requisitos e a forma de apresentação do pedido

6.1.1.1.1. e se o caso concreto se encaixar na hipótese de tutela de urgência, qual especia de tutela você precisa? Uma tutela antecipada ou uma tutela cautelar?

6.1.1.1.1.1. No nosso exemplo de hoje:

6.1.1.1.1.1.1. A tutela que precisamos tem como fundamento a urgência. Precisamos da concessão do benefício com urgência, para que o cliente possa ter como se sustentar e sustentar a família

6.1.1.1.1.1.1.1. Então, o que precisamos é de uma ANTECIPAÇÃO DE TUTELA baseada na URGÊNCIA

## **7. TERCEIRO PASSO**

## 7.1. LISTANDO AS PROVAS E OS ARGUMENTOS

7.1.1. Após identificar o tipo de tutela que seu cliente precisa, você deve olhar para as provas que ele tem e para as provas que ele pode precisar trazer ao processo

7.1.1.1. Você também deve relacionar os argumentos jurídicos e lógicos que você vai precisar fazer para evidenciar a presença de cada requisito

7.1.1.1.1. NÓS IDENTIFICAMOS QUE PRECISAMOS DE UMA TUTELA ANTECIPADA, BASEADA NA URGÊNCIA

7.1.1.1.1.1. Então, devemos anotar em uma folha

7.1.1.1.1.1.1

7.1.1.1.1.1.1.1.1. Quais são as provas e argumentos jurídicos/lógicos que demonstram a probabilidade do direito que vou invocar?

7.1.1.1.1.1.1.1.1.1. No caso, de o autor ter direito ao benefício previdenciário pleitado

## 7.1.1.1.1.1.2. 2

7.1.1.1.1.1.2.1. Quais são as provas e argumentos jurídicos/lógicos que demonstram o perigo concreto de dano ou o perigo ao resultado útil do processo? Ou isso decorre de um simples raciocínio lógico?

7.1.1.1.1.1.2.1.1. extratos bancários que mostram que o autor só tem essa renda

7.1.1.1.1.1.2.1.2. documentos que evidenciam que outras pessoas dependem economicamente do autor: filhos, esposa, etc

7.1.1.1.1.3. 3

7.1.1.1.1.3.1. A medida que eu quero é irreversível? Se sim, como fica a ponderação dos interesses envolvidos?

7.1.1.1.1.3.1.1. A medida, no caso, é, de certa forma, irreversível, uma vez que se o autor afirma ser pobre, como irá devolver o dinheiro no futuro, caso perca a demanda?

7.1.1.1.1.3.1.1.1. Por isso você deve fazer o juízo de ponderação

7.1.1.1.1.3.1.1.1.1. O que vale mais, o patrimônio milionário da requerida ou a vida do autor e o sustento de sua família?

7.1.1.1.1.4. 4

7.1.1.1.1.4.1. O meu cliente tem condições de prestar caução?

7.1.1.1.1.4.1.1. Se sim, que tipo de caução? Providenciar o que for preciso

7.1.1.1.1.4.1.2. Se não, como vou mostrar isso ao juiz?

7.1.1.1.1.4.1.2.1. No nosso caso, o extrato bancário e o holerite evidenciam a situação de hipossuficiência e a impossibilidade de prestar caução

7.1.1.1.1.4.1.2.1.1. Se o cliente tivesse condições de prestar caução, ele se bancaria até o final da ação

7.1.1.1.1.2. No caso das tutelas baseadas na urgência, você deve anotar em uma folha todas as provas que o seu cliente pode produzir em uma audiência de justificação

7.1.1.1.1.2.1. Alguma prova que você não tem no momento do pedido pode ser produzida em audiência de justificação?

7.1.1.1.1.2.1.1. Art. 300, § 2º, do CPC

7.1.1.1.1.2.1.1.1. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

7.1.1.1.1.2.1.1.1.1. No nosso caso em análise, podemos pedir para ouvir o depoimento do médico que atende o requerente, para atestar mais uma vez a incapacidade

7.1.1.1.1.3. Você também pode pedir a produção antecipada de prova pericial, se for o caso, para que seja feito um exame médico

## 8. QUARTO PASSO

### 8.1. A APLICAÇÃO DA EMPATIA NA PRÁTICA

8.1.1. Você deve olhar para o caso concreto e exercer a EMPATIA

8.1.1.1. Se fosse você no lugar do juiz, quais argumentos você utilizaria para poder INDEFERIR o pedido

8.1.1.1.1. Lembra sempre que o juiz tem MEDO de ser injusto e se sente INSEGURÓ em tomar uma medida drástica sem ouvir a parte contrária

8.1.1.1.1.1. Você deve listar todos os medos relativos ao caso concreto

8.1.1.1.1.1.1. Você deve listar todas as inseguranças relativas aos casos concretos

8.1.1.1.1.1.1.1. No nosso caso em análise

8.1.1.1.1.1.1.1.1. O juiz pode pensar:

8.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Será que há mesmo situação de incapacidade? Será que o laudo é confiável?

8.1.1.1.1.1.1.1.1.2. Porque eu devo confiar no laudo particular e não no laudo feito pelo ente público?

8.1.1.1.1.1.1.2. Ressaltando emoções

8.1.1.1.1.1.1.2.1. No nosso caso em análise

8.1.1.1.1.1.1.2.1.1. Você deve ressaltar os seguintes sentimentos

8.1.1.1.1.1.1.2.1.1.1.1. Medo de causar grande mal ao autor, por não conceder a medida

8.1.1.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1. Fotografias evidenciando a situação de saúde do autor, a situação financeira e etc

8.1.1.1.1.1.1.2.1.1.1.2. Indignação com a atitude da requerida, que fatura milhões mas que nega o benefício

## 9. QUINTO PASSO

## 9.1. Colocar tudo no papel

9.1.1. O seu quinto passo é pegar tudo o que você anotou e colocar no papel, no seu pedido de concessão de medida provisória